

Só milionários pagarão taxa extra de IR

Apenas quem tem renda anual acima de R\$ 1 milhão terá que pagar algum valor extra, do imposto criado pelo governo federal, para conseguir isentar quem ganha até R\$ 5 mil por mês e reduzir os valores pagos por quem ganha mais de R\$ 5 mil e menos de R\$ 7 mil.



As estimativas do governo são de que mais 10 milhões de pessoas serão beneficiadas pela isenção e apenas 141 mil pessoas com altas rendas terão que pagar um pouco mais. Atualmente, cerca de 16 milhões de trabalhadores, que ganham até dois salários-mínimos, já são isentos do recolhimento do IR.

Apesar de o imposto adicional se aplicar a rendimentos acima de R\$ 600 mil por ano, rendas abaixo de R\$ 1 milhão dificilmente serão oneradas, isso porque o imposto pago por pessoas com renda entre R\$ 600 mil e R\$ 1 milhão já supera o mínimo previsto no projeto do governo para essa faixa de renda.

“O projeto apresentado pelo Governo federal ajuda a corrigir distorções tributárias em nosso país, que hoje fazem com que os ricos tenham taxações muito reduzidas em comparação à classe média e aos mais pobres”, disse o secretário de Assuntos Socioeconômicos da Contraf-CUT, Walcir Previtalle. “Este projeto de desoneração, inclusive, é apoiado pelo movimento sindical bancário, que participou de grupos que apresentaram ao então candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a proposta de isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil”, completou.

A proposta do governo foi apresentada ao Congresso Nacional e tramita na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei 1087/2025 e tem prazo de 45 dias para apreciação pelos deputados. Caso não seja apreciada neste prazo, tranca a pauta da casa, impedindo a tramitação de outros projetos. Ainda não foi escolhido relator para a proposta.

Após aprovação na Câmara, será enviado para apreciação pelo Senado. Caso não haja mudança no texto, será encaminhado à sanção presidencial. Em caso de mudanças, volta à Câmara para nova apreciação.

“Essa proposição do governo federal corrige uma injustiça tributária e coloca mais dinheiro no bolso do trabalhador”, destacou o secretário de Relações do Trabalho da Contraf-CUT, Jeferson Meira, o Jefão, responsável por acompanhar no parlamento os temas de interesse dos trabalhadores em nome da entidade. “Por isso, vamos acompanhar com bastante atenção a tramitação deste projeto no Congresso Nacional, e dialogar com a classe trabalhadora, a sociedade em geral e os parlamentares, para que entendam o quanto essa proposta é importante para o país”, completou.